

Partidos e *abertura* nos anos 1970: o MDB nas eleições de 1974 e 1978**ALESSANDRA CARVALHO***

Na literatura sobre o processo de *abertura* nos anos 1970, alguns marcos se fazem constantes. Aqui, sem ignorar toda a ebulição social característica desta década, tomamos em vista para iniciar a análise aqueles diretamente ligados à dinâmica político-partidária. Um desses marcos se refere às eleições legislativas ocorridas em novembro de 1974, cujos resultados revelaram o fortalecimento eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (DINIZ, 1990; ALVES, 1987; LAMOUNIER, 1988) Na disputa pelas 22 vagas do Senado Federal, os candidatos do MDB saíram vitoriosos em 16 estados; na Câmara dos Deputados, a representação do partido saltou para 160 cadeiras – em muito superior às 87 conquistadas nas eleições de 1970 – e alcançou a maioria nas assembleias estaduais do Acre, Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara. (NERY, 1975)

Esses resultados foram vistos, então, como surpreendentes – pelas autoridades da ditadura civil-militar e os próprios emedebistas. Surpreendentes diante dos problemas enfrentados pelo MDB após o Ato Institucional nº5 (AI-5) e o desempenho no pleito legislativo de 1970, quando o partido digladiou-se com questionamentos acerca de sua própria existência após a retirada forçada de importantes lideranças, a ausência de candidatos para concorrer a todos os cargos disponíveis e o pouco apoio eleitoral recebido. Surpresa ainda maior se pensarmos que, em março de 1974, o general presidente Emílio Médici saía de cena sob a égide do ‘milagre econômico’, aqui entendido na proposição de Janaína Cordeiro como fenômeno social que significava ganhos econômicos e materiais acompanhados de uma sensação de segurança e otimismo acerca do futuro do Brasil.¹ (CORDEIRO, 2012)

Outros marcos políticos importantes se seguiram a 1974, em estreita relação com a atuação e o crescimento do MDB que imprimiram novos elementos à dinâmica da abertura. Em 1976, tendo em vista as eleições para executivo e legislativo municipais, a ditadura criou uma legislação específica (Lei nº6.339, de 1.7.76, conhecida como Lei Falcão) estabelecendo regras restritas para a propaganda que poderia ser veiculada pelos meios de comunicação no

* Professora do Setor Curricular de História do Colégio de Aplicação da UFRJ, doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia (UFRJ).

¹ O mandato do general Ernesto Geisel iniciou-se sob a sombra de expectativas de aumento da inflação e risco de desabastecimento de produtos. Mas, a julgar pela cobertura dos principais meios de comunicação, os mecanismos de controle à disposição do governo e a presença de Mario Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda dariam conta de manter a estabilidade e o crescimento econômicos.

2
horário gratuito eleitoral.² Dessa forma, as autoridades do regime buscavam neutralizar o que fora avaliado como um grande trunfo do MDB nas eleições de 1974: os programas elaborados para a propaganda eleitoral de seus candidatos, sobretudo os veiculados na televisão. Restringindo o que poderia ir ao ar, pensava o governo poder diminuir a força do apelo eleitoral do MDB. No ano de 1977, a Emenda Constitucional nº8 (de 14.4.1977), que ficou conhecida como Pacote de Abril, procurou garantir uma numerosa bancada da Arena nas eleições para o Congresso Nacional em 1978. A emenda determinou o aumento da representação dos estados do Nordeste na Câmara dos Deputados, onde os arenistas eram mais fortes, e criou uma nova forma de escolha de 1/3 dos senadores, de maneira indireta.

Assim, por parte dos civis e militares que buscavam orientar a abertura pela ótica governamental, era possível permitir maior espaço para a contestação política, mas sob uma condição: de que a Arena continuasse tendo o controle do legislativo, o que seria impossível se o crescimento do MDB registrado em 1974 se reproduzisse nos anos seguintes. Por fim, em 1979, duas novas legislações do regime autoritário entraram em vigor e levaram ao desmonte do sistema bipartidário: a Emenda Constitucional nº 11 (vigente a partir de 1.1.79) e a Lei nº6.767 (20.12.1979). Ambas abriram o caminho para a criação de novas legendas, levando ao retorno do multipartidarismo e deixando – teoricamente – a Arena e o MDB para trás.³ (SCHMITT, 2000) Esse novo contexto legal deu curso ao imperativo governamental de fragilizar o partido opositor em diferentes siglas.

Considerando o período entre a ‘surpresa’ de 1974 e o retorno do multipartidarismo, este texto tem como objetivo central investigar os caminhos construídos pelo MDB para fortalecer seu capital político, que lhe permitiu colocar-se como um ator fundamental nas negociações da abertura e da transição democrática nos anos posteriores a 1979. Enfocando a atuação do partido nos momentos de campanha eleitoral e as bancadas emedebistas eleitas para a Câmara dos Deputados e Senado Federal em 1974 e 1978, examinamos as invenções

² Ao contrário da campanha de 1974, na qual os partidos puderam elaborar com maior liberdade discursos e imagens, a partir de 1976 somente uma foto dos candidatos e seus currículos poderiam ser exibidos. Para um exemplo da propaganda eleitoral dos candidatos a vereador da Arena no horário gratuito, em 1976, ver www.youtube.com/watch?v=Xr0oDVJGLBT8. Acesso em 20 de março de 2013.

³ Dizemos teoricamente porque a análise da dinâmica eleitoral e política brasileira até meados dos anos 1980 mostra a preponderância de PDS/PFL e PMDB, legendas surgidas diretamente das estruturas partidárias da Arena e do MDB. A transferência de muitos líderes, parlamentares e militantes do PMDB para outros partidos se desenvolveu de maneira gradual, no decorrer da década de 1980, sobretudo, durante a Assembleia Constituinte e os anos finais do governo de José Sarney (1988-1989). Sobre esse tema, ver Carvalho, 2008.

3
simbólicas e ideológicas elaboradas pelo MDB nos dois momentos, bem como a incorporação de diferentes atores sociais em suas fileiras. Com isso, é possível refletir sobre as relações entre o MDB e a sociedade brasileira e analisar de que maneira a legenda logrou erigir-se, de fato, como uma oposição democrática ao regime civil-militar.

As campanhas eleitorais

As eleições legislativas de 1974 foram um momento crucial na trajetória do MDB, em vários sentidos. Nesse ano, a campanha eleitoral, desenvolvida com mais vigor a partir do segundo semestre, contou com uma ação concertada dos líderes do partido com vistas a intensificar as interações com a população, através de presença em distintos eventos públicos - comícios, debates em universidades e entidades profissionais, corpo a corpo com os eleitores - e da utilização dos meios de comunicação. Em relação a esse último aspecto, os candidatos emedebistas aceitaram prontamente os convites feitos por emissoras de rádio e televisão para comparecer a debates e entrevistas. A coordenação geral da campanha, a cargo do senador paulista Franco Montoro, também dedicou especial atenção à elaboração de uma plataforma unificada para os militantes e candidatos do MDB, tarefa que contou com a participação de intelectuais que atuavam no CEBRAP como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer e Francisco Weffort, entre outros. O partido ainda contratou profissionais da área da publicidade para orientar a produção dos filmes, as falas e postura dos candidatos, sobretudo ao cargo de senador. (MONTORO, 2000; NERY, Op. Cit; KINZO, 1988; GOLDMAN, 2004)

Em todo esse trabalho, o MDB articulou uma leitura da realidade brasileira que conjugou e procurou subverter elementos específicos do contexto político e social. Se, pela propaganda oficial, aqueles eram os anos do ‘milagre econômico’, do ‘Brasil Grande’ e do lema ‘Segurança e Desenvolvimento’, na propaganda emedebista surgiu como a época da exploração dos trabalhadores e do crescimento da desigualdade social – visível nos baixos salários, no desemprego e na precariedade das moradias e dos sistemas públicos, sobretudo urbanos.⁴ No discurso do MDB, esse cenário foi apontado como resultado direto do modelo econômico implementado pelo regime ditatorial, baseado no arrocho salarial e na concentração de renda. O tão propagandeado ‘milagre’ teria sido, então, apenas crescimento e

⁴ É importante pontuar que, neste período, foram publicadas importantes análises sobre o processo chamado de ‘milagre econômico’, que pontuaram seus efeitos sociais – concentração de renda e conseqüente aumento da desigualdade social. Sobre isso, ver PRADO e EARP, 2003.

4

não desenvolvimento real do país, uma vez que prejudicou os trabalhadores. Da mesma forma, os instrumentos autoritários, ditos fundamentais pelos ideólogos da ditadura para assegurar o desenvolvimento do país, foram responsabilizados pelo aumento da desigualdade, ao impedirem a livre manifestação de sindicatos, associações de classe e dos políticos.

Paralelo a esse ‘diagnóstico’ do contexto social em 1974, o MDB ofereceu um tratamento: as liberdades democráticas e o retorno ao Estado de direito, que permitiriam a organização e participação popular e, a partir daí, a reelaboração das políticas governamentais sob um caráter redistributivo. O *verdadeiro* desenvolvimento econômico, acoplado à ideia de igualdade/justiça social, só seria alcançado através do estabelecimento da democracia, que deveria, então, ser defendida por todos os trabalhadores, representados pelo MDB. No lugar da ‘Segurança e Desenvolvimento’, o lema emedebista era ‘Democracia e Desenvolvimento’. (CARVALHO, 2012) A propagação dessa leitura da realidade brasileira deitou raízes nos anos seguintes. No programa que o MDB exibiu em cadeia de rádio e televisão, em junho de 1977, o mesmo raciocínio esteve presente na fala do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, e do líder no Senado, Franco Montoro – as restrições à participação política dos cidadãos levaram à adoção de uma política econômica marcada pelo arrocho salarial e preços altos. (GUIMARÃES, et al., s/d)

As novas estratégias da campanha eleitoral de 1974 e os resultados do pleito tiveram o efeito de abrir novas perspectivas para as relações do partido com a sociedade. O enquadramento da campanha no eixo ‘democracia e desenvolvimento/justiça social’, tendo o segundo elemento como decorrência do primeiro, abriu o leque para uma atuação variada dos militantes emedebistas e permitiu que diferentes audiências fossem alcançadas a partir de temáticas específicas - os trabalhadores urbanos, os pequenos agricultores, os estudantes, os eleitores de esquerda, os defensores dos direitos humanos. Também atraiu para o MDB, em 1974 e após, distintas forças políticas e sociais, o que intensificou seu caráter de ‘frente democrática’ (KINZO, Op. Cit.) e multiplicou sua militância. Entre estas forças, é possível citar ex-guerrilheiros que, em sua reavaliação das formas de luta contra a ditadura após o fracasso da experiência armada, passaram a valorizar a política formal bem como novos espaços ocupados pelo PCB, que já atuava no partido desde início dos anos 1970. (ARAÚJO, 2007; CARVALHO, 2008)

5

Na próxima seção, o exame das bancadas emedebistas nas duas casas do Congresso Nacional será realizado em relação com os processos descritos acima.

As bancadas

Tabela 1 - Representação partidária na Câmara dos Deputados (1966-1978)

Partidos	1966		1970		1974		1978	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ARENA	277	67,7	223	71,9	204	56,0	231	55,0
MDB	132	32,3	87	28,1	160	44,0	189	45,0
Total	409	100	310	100	364	100	420	100

Fonte: SCHMITT, op. cit.:44. (adaptado)

Tabela 2 - Representação partidária no Senado Federal (1966-1978)

Partidos	1966		1970		1974		1978*	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
ARENA	18	81,8	41	89,1	6	27,3	15	55,0
MDB	4	18,2	5	10,9	16	72,7	8	45,0
Total	22	100	46	100	22	100	23	100

Fonte: SCHMITT, op. cit.:44. (adaptado)

* Excluídos os senadores eleitos de forma indireta.

As duas tabelas acima mostram os números do crescimento do MDB após o fraco resultado nas eleições de 1970, com destaque para as conquistas ocorridas em 1974, como já enfatizado, que se mantiveram quatro anos depois. Mas, quem foram os emedebistas que alcançaram o Congresso Nacional em termos de *background* social, geração e trajetória política? A representação do partido conseguiu incorporar temáticas e indivíduos que se destacavam à frente dos movimentos e organizações sociais que, no mesmo período, ganhavam cada vez mais apoio e força? Começemos pela investigação da formação educacional e ocupação profissional dos parlamentares emedebistas.

Tabela 3 - Nível de instrução e formação universitária dos senadores do MDB

Cursos	1966	1970	1974	1978
Direito	01	03	10	05
Medicina	01	01	02	02
Militar	-	-	-	-
Engenharia	-	01	02	01
Economia	-	-	-	-

6

Outros cursos	01	01	-	02
Sem curso superior	01	-	02	-

Fonte: ABREU ET AL (2001) e www.senado.gov.br/sf/senadores

* Alguns senadores possuem mais de uma formação. Daí possíveis divergências com a tabela 1.

Em 1974, o MDB elegeu os seguintes senadores: Paulo Brossard (RS), Dirceu Cardoso (ES), Mauro Benevides (CE), Orestes Quércia (SP), Danton Jobim (GB), Lázaro Barbosa (GO), Ruy Carneiro (PB), Marcos Freire (PE), Itamar Franco (MG), Francisco Leite Chaves (PR), Saturnino Braga (RJ), José Gilvan Rocha (SE), Adalberto Correia Sena (AC), Evilásio Vieira (SC), Evandro das Neves Carreira (AM) e Agenor Nunes de Maria (RN). Em 1978, foi a vez de grandes nomes do partido: Franco Montoro (SP), Tancredo Neves (MG), Pedro Simon (RS), Humberto Lucena (PB), Henrique Santillo (GO), José Richa (PR), Jailson Tupi Barreto (SC) e Nelson Carneiro (RJ).⁵ Em relação aos emedebistas eleitos nos pleitos de 1966 e 1970, a tabela 3 aponta que os eleitos em 1974 e 1978 apresentaram uma formação educacional concentrada nas carreiras tradicionais. Em sua grande maioria, eram homens formados em Direito - 10 dos 16 senadores eleitos em 74 – e Medicina.⁶

Tabela 4 - Nível de instrução e formação universitária dos deputados federais MDB (%)

Cursos	1966	1970	1974	1978
Direito	55,7	57,4	61,1	64,9
Medicina	8,4	9,2	5,1	8,5
Engenharia	5,3	4,6	3,2	4,3
Economia	3,8	9,2	7,0	4,3
Outros cursos	5,3	5,7	7,0	8,0
Sem curso superior	21,4	13,8	16,6	11,7

Fonte: ABREU ET AL (2001) e www2.camara.gov.br/deputados.

A exemplo do que vimos no Senado Federal, a tabela 4 mostra que as graduações em Direito, Engenharia e Medicina corresponderam à grande parte da formação universitária dos parlamentares federais. Entre essas formações, o Direito se destacou entre os cursos realizados pelos deputados federais do MDB, apresentando um crescimento constante conforme o partido ganhava força eleitoral nos anos 1970. Na outra ponta da tabela, é

⁵ O MDB também elegeu, por via indireta, o senador Ernani do Amaral Peixoto.

⁶ Em comparação, os eleitos pela Arena mostraram uma formação mais distribuída entre os diferentes cursos, o que pode ser decorrente do número muito maior de senadores do partido governista, que aumentava as chances de variação dos diplomas universitários. O número de engenheiros se manteve reduzido no MDB, o que faz com que o crescimento desses profissionais durante o regime militar tenha lugar no partido governista. CARVALHO, 2008.

7

importante sinalizar as variações no número dos deputados sem curso superior, que apresentou a menor taxa na bancada eleita em 1978.

Esses aspectos se coadunam com o que Santos encontrou ao comparar os traços característicos dos congressistas em três períodos - 1946/1967, 1967/1987 e 1987/1999. O autor assinalou o aumento do percentual de deputados federais com diploma de nível superior e também dos deputados graduados em Direito durante o período ditatorial, o que aprofundou o caráter restrito das elites políticas nesse período. (SANTOS, F., 2000) Uma das explicações para esse movimento foram as intervenções autoritárias na arena política, dificultando a ascensão de indivíduos com menos recursos educacionais e econômicos. Entre os 'viveiros' políticos identificados por Dogan, (1999) o sindicalismo foi apontado como a via mais democrática de promoção sócio-política. No caso brasileiro, a repressão à atuação das organizações de trabalhadores colocou-se como obstáculo para que as atividades sindicais atuassem como o meio de continuidade ou início de trajetórias políticas. No caso do MDB, essa elitização da representação política pode indicar, também, as dificuldades do partido em estreitar suas interações com os movimentos sociais, muitos deles integrados por indivíduos sem formação universitária, e abrir espaço para candidaturas de lideranças externas às elites educacionais. Todavia, é importante apontar que, no pleito de 1978, dois operários paulistas foram eleitos pelo MDB - Benedito Marcílio e Aurélio Peres.⁷

Tabela 5 - Ocupação principal dos senadores do MDB, 1966-1978

Ocupação principal	1966	1970	1974	1978	TOTAL
Atividades rurais ^a	01	-	01	-	02
Carreira jurídica ^b	-	02	04	04	10
Profissionais da saúde	-	-	01	02	03
Indústria, comércio, bancos	-	-	-	-	-
Professores	-	01	02	-	3
Funcionários públicos ^c	02	-	03	-	5
Imprensa	01	01	04	-	6
Militares	-	01	-	01	1
Outros	-	-	-	-	-
Sem definição	-	-	01	02	3

Fonte: ABREU ET AL(2001) e www.senado.gov.br/sf/senadores.

a) Engloba agricultores e pecuaristas.

b) Engloba advogados e membros do poder Judiciário.

c) Engloba funcionários contratados através de concurso público ou nomeados para o poder Executivo.

⁷ Em todo o período bipartidário, além dos operários citados acima, foi eleito um ferroviário ligado a Adhemar de Barros eleito pela Arena de São Paulo, em 1966.

8

No MDB, o espaço dos senadores com diploma em Direito se reproduziu no peso alcançado por duas profissões: as carreiras jurídicas e os jornalistas, sobretudo nos eleitos em 1974 e 1978. Grande parte da bancada de senadores foi recrutada entre os chamados profissionais *liberais* e funcionários públicos, com menor importância de militares e proprietários rurais e nenhum empresário. Nesse sentido, o MDB apresentou composição congruente com as legendas de centro que, de acordo com Rodrigues, são marcadas pela maior proporção de parlamentares advindos de profissões liberais e importante presença dos funcionários públicos. (RODRIGUES, 2002:64) Os eleitos pelo MDB apresentaram ocupações que os situaram nos setores médios da sociedade, com pequena participação dos grupos economicamente privilegiados. Daí a defesa de ideias que, embora marcadas por apelos gerais e, muitas vezes, difusos, aproximavam a legenda de uma atuação mais incisiva nas questões concernentes às liberdades civis, aos trabalhadores e à igualdade social.

Tabela 6 - Ocupação principal dos deputados federais do MDB, 1966-1978 (%)

Ocupação principal	1966	1970	1974	1978
Atividades rurais ^a	6,0	4,7	5,6	3,2
Carreira jurídica ^b	13,5	12,8	16,3	23,3
Profissionais da saúde	11,3	10,5	7,5	9,5
Indústria, comércio, bancos	15,0	17,4	23,2	18,5
Professores	15,8	18,6	16,9	16,9
Funcionários públicos ^c	16,5	12,8	9,4	8,5
Imprensa	8,3	11,6	11,3	10,1
Militares	1,5	2,3	0,6	3,2
Outros	12,0	9,3	9,4	6,9
Sem definição	6,0	4,7	5,6	3,2

Fonte: FLEISCHER, 1980:175 (adaptada).

As carreiras jurídicas, mais uma vez, se destacaram entre as ocupações dos deputados emedebistas, apresentando crescimento em 1974 e 1978. Aliado ao já exposto sobre o aumento dos parlamentares do partido formados em Direito e a emergência de uma leitura da realidade brasileira sob o lema ‘Democracia e Desenvolvimento’, é possível afirmar que muitas das questões que mobilizaram o MDB nos anos 1970 atraíram para suas fileiras os advogados. Profissionais que se destacaram na defesa de presos políticos como Marcelo Cerqueira e Modesto Silveira, no Rio de Janeiro, Eloar Guazelli, no Rio Grande do Sul, e Iram Saraiva, em Goiás, se elegeram deputados federais pelo MDB em 1978. As denúncias de violação de direitos humanos e dos problemas sociais também foram parte importante da

9

atuação dos deputados conhecidos como *autênticos*, que ganharam destaque a partir de 1971. Dentre os 17 deputados que integraram o núcleo deste grupo, identificados por Nader, 11 eram advogados. (NADER, 1998) Assim, a conjuntura política autoritária e o direcionamento da atuação do MDB abriram o caminho não só para a ascensão dos advogados no MDB como para a vitória em disputas eleitorais.

A diferença das ocupações dos deputados federais em relação aos senadores ficou por conta da importante presença entre eles de indivíduos advindos dos setores de indústria, comércio, banco e transportes, sublinhando o espaço conquistado por estas ocupações na bancada oposicionista e a importância de recursos sociais – de educação, como vimos anteriormente, e econômicos – como “mecanismo de seleção a uma carreira parlamentar”. (SANTOS, A. M., 2000:82) Entre os membros da bancada do MDB da Câmara dos Deputados, eles foram o segundo grupo mais numeroso. Por fim, vale lembrar a presença de dois operários advindos do movimento sindical na bancada emedebista de 1978.

Ao lado do exame de aspectos socioeconômicos dos parlamentares do MDB, que possibilitou assinalar especificidades da bancada do partido nos anos 1970, buscamos investigar também as gerações as quais pertenceram os membros do MDB que alcançaram o Congresso Nacional. Com esse fim, os senadores foram divididos em três grupos e os deputados federais, em quatro, como forma de aprofundar a investigação sobre suas trajetórias políticas e identificar possíveis variações de comportamentos e ideias, relacionando-os à atuação do partido e à abertura.⁸

Tabela 7 - Gerações políticas dos senadores do MDB (nº/%)

Geração	1966	1970	1974	1978
Geração 1 (nascidos até 1910)	3/75	3/60	3/18,75	3/33,3
Geração 2 (nascidos entre 1911 e 1925)	1/25	2/40	3/18,75	1/11,1
Geração 3 (nascidos entre 1926 e 1940)	-	-	10/62,5	5/55,6

Fonte: ABREU ET AL(2001)

Analisando a tabela 7, é possível indicar que, nos pleitos de 1966 e 1970, os eleitos do MDB eram majoritariamente da geração 1. Sem dúvida, eram homens com longas trajetórias

⁸ Filiações partidárias semelhantes ocultam, muitas vezes, diferenças importantes entre os parlamentares como, por exemplo, o contexto no qual suas atividades políticas se iniciaram, a vivência de eventos históricos marcantes ou as características das lutas sociais em cada período. Sobre a conceituação de geração, ver BERSTEIN, 1996 e MOTTA, 2000

10

que, nas palavras de Ulysses Guimarães, tinham vivido muito a política – alguns deles tendo iniciado suas atividades políticas na Primeira República ou no período constitucional entre 1934 e 1937 e continuado suas trajetórias por todo o período democrático estabelecido em 1946. O interessante é que essa geração ocupou um espaço relevante até o fim do sistema bipartidário, correspondendo a um terço da bancada do MDB no Senado Federal em 1978 (lembrando que seus mandatos se estenderam até o ano de 1986). Provavelmente, esse aspecto pode ser explicado pela relação entre o controle da ditadura sobre as disputas eleitorais e o desempenho dos candidatos. Nas conjunturas adversas para a oposição, somente os indivíduos com força política e eleitoral consolidada tiveram condições de se eleger, como foram os anos de 1966, 1970 e 1978.

A geração 2 foi a que teve menor peso entre os senadores emedebistas. O contexto de início das trajetórias de grande parte dela situa-se entre 1945 e 1954 na disputa de cargos eletivos em órgãos legislativos e/ou no poder executivo, com um alto nível de êxito. Alguns integrantes dessa geração conquistaram vitórias eleitorais entre 1955 e 1964. Para os nascidos entre 1911 e 1925, portanto, a reorganização político-partidária ocorrida no fim do Estado Novo e as disputas políticas e sociais nos anos 1950, incluindo o posicionamento diante de Getúlio Vargas e da crise de 1954 que levou ao seu suicídio, são experiências comuns.

A geração 3 apareceu no MDB pela primeira vez no pleito de 1974, com grande peso, que se reproduziu, ainda que em escala menor, na última eleição bipartidária. Nessa geração, uma minoria foi eleita entre 1945 e 1954. A maior parte iniciou sua participação nas disputas eleitorais entre 1958 e 1962 ou, então, a partir de 1966. O início das atividades dessa terceira geração se dividiu, então, entre dois contextos políticos e institucionais diferentes, ainda que interligados. A segunda metade dos anos 1950, a eleição e renúncia de Jânio Quadros e o posterior governo e derrubada de João Goulart fazem parte das principais experiências políticas partilhadas por cerca de 45% dos membros da geração 3. Por sua vez, cerca de 40% correspondem a indivíduos que construíram sua carreira eleitoral já sob o bipartidarismo, ainda que uma parte pudesse apresentar filiação partidária anterior. Dos 10 senadores da geração 3 eleitos em 1974, por exemplo, seis haviam participado do movimento estudantil ou de trabalhadores em fins dos anos 1950, conquistando cargos eletivos posteriormente.

Assim, entre os senadores do partido de oposição, alcançaram maior espaço as gerações políticas mais longeva e a mais jovem. Os índices das gerações 1, 2 e 3 para o MDB,

11

ficaram em 35,3%, 20,6% e 44,1%, respectivamente. A segunda geração foi a de menor importância, apontando para a suspeita de que os indivíduos no MDB com carreiras políticas desenvolvidas, principalmente, entre 1945 e 1964 tiveram menos chances de conquistar vitórias eleitorais. Parece que as intervenções do regime militar tiveram o efeito de dificultar a ascensão dos pertencentes a essa geração no MDB, em especial.⁹

Em relação aos deputados federais, os números estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 8 - As gerações políticas dos deputados federais do MDB (%)

Geração	1966	1970	1974	1978
Geração 1 (nascidos até 1910)	13,2	6,7	3,1	1,0
Geração 2 (nascidos entre 1911 e 1925)	51,2	50,0	32,1	20,0
Geração 3 (nascidos entre 1926 e 1940)	34,8	42,7	47,2	57,4
Geração 4 (nascidos após 1940)	0,8	5,6	17,6	21,6

Fonte: ABREU ET AL(2001)

Os números acima mostram que a geração 2 ocupou um espaço importante na bancada de deputados federais do MDB em 1966 e 1970, mas sofreu uma grande redução nos pleitos seguintes, abrindo espaço para indivíduos da geração 3 e, principalmente, da geração 4. O MDB se caracterizou por atrair indivíduos mais jovens desde sua criação, ao contrário do que se passou na Arena, sobretudo no que se referiu aos nascidos após 1940. (CARVALHO, 2008) Outro elemento se refere ao fato de que, além de mais jovens, os deputados emedebistas eleitos em 1974 e, principalmente, 1978 apresentavam menos relações com o sistema partidário extinto em 1965 – eram apenas 52% no último pleito.¹⁰ (FLEISCHER, 1980) Assim, a bancada do MDB foi formada por muitos políticos que haviam ocupado cargos eletivos já sob o regime militar, tendo passagens como vereadores, prefeitos, deputados

⁹ Esse aspecto ganha maior destaque quando analisamos a Arena. Nessa legenda, estabeleceu-se um cenário oposto e a geração 2 foi a mais numerosa, com exceção dos vitoriosos em 1966. A parcela dos nascidos até 1910 diminuiu no decorrer do sistema bipartidário, em proporção maior do que a verificada no MDB, ao passo que a geração 3 cresceu nos momentos em que a legenda governista conquistou uma grande vantagem em relação aos opositoristas. Porém, a maior parte da representação da Arena foi composta pelos nascidos entre 1911 e 1925, que encontraram no partido e no regime meios de dar continuidade a suas carreiras políticas iniciadas, principalmente, nos anos entre 1945 e 1954.

¹⁰ Santos afirmou, de forma semelhante, que os índices de renovação da bancada emedebista na Câmara dos Deputados foram maiores do que os da Arena, decorrentes de derrotas eleitorais e do fato de que grande parte das cassações de mandatos de deputados federais, principalmente após o AI-5, atingiu o partido da oposição. SANTOS, A., 2000.

12

estaduais ou federais. Parcela dos parlamentares, portanto, apresentava uma trajetória iniciada após 1964, contando com dez anos de experiência e vínculos com as legendas do sistema bipartidário. Em muitos casos, a ascensão pessoal se interligou com a construção e enraizamento da própria legenda, em sua região e no eleitorado

A ascensão das gerações 3 e 4 produziram novas dinâmicas no MDB. A partir do início dos anos 1970, foram recorrentes os choques entre deputados mais jovens e a direção partidária, chefiada por Ulysses Guimarães ao lado de lideranças que, como ele, tinham uma trajetória política que remontava à transição do Estado Novo. Para Ulysses, esses choques internos baseavam-se nas diferenças entre gerações, a partir da chegada de um grupo mais jovem, em idade e experiência política. Por outro lado, Santos enxergou nessa evolução a emergência de uma geração 'propriamente' emedebista, capaz de ir ao encontro dos anseios do eleitorado, o que teria colaborado para a criação de uma identidade para a legenda e seu êxito nas décadas seguintes – incluindo aí seu sucessor, o PMDB. (SANTOS, A. op. cit.:160) Muitas trajetórias se iniciaram nesse processo e, mais uma vez as eleições de 1974 e 1978 apareceram como momentos fundamentais para a renovação política, intensificada na conjuntura da abertura política, que produziu uma revitalização das disputas eleitorais e, também, da mobilização social.¹¹

Partido e sociedade

Assim, de forma particular, o MDB foi incorporando questões e atores que mobilizavam as discussões políticas e sociais na segunda metade da década de 1970, embora, segundo Luiz Werneck Vianna, o partido tenha ficado confinado quase inteiramente ao papel da representação parlamentar, sem relações com os movimentos sociais. (VIANNA, 1989) Na mesma linha, Kinzo afirmou que o MDB e as organizações da sociedade civil eram duas forças paralelas de oposição ao regime, atuando em esferas distintas. Os laços entre eles "eram demasiados tênues, consistindo muito mais de uma cooperação entre forças políticas distintas, do que qualquer relação orgânica destinada a desenvolver uma atuação conjunta e articulada." (KINZO, op. cit.:203)

¹¹ É obrigatório sublinhar que isso se deu *pari passu* à manutenção de indivíduos com longas carreiras. Ainda em 1978, 44,9% deputados registravam atividades políticas anteriores a 1964.

No que se refere ao movimento sindical, sua emergência na região do ABC paulista impôs novas questões ao MDB, levando muitos de seus membros a buscar uma aproximação com esse setor e se envolver com as lutas e mobilizações sindicais. Essa iniciativa concretizou-se nas eleições de 1978, segundo Keck, quando as lideranças da oposição não só tiveram o apoio dos trabalhadores e seus líderes, como incluíram sindicalistas na lista de candidatos do partido. A exemplo do que afirmaram outros autores, Keck ressaltou que isso não significou a conquista de um espaço dos trabalhadores na cúpula do partido oposicionista, (KECK, 1988) mas, obrigatoriamente, levou o MDB e o movimento sindical a estabelecerem interações e atuarem conjuntamente em algumas questões.¹²

A distância entre o MDB e a *'sociedade civil em movimento'* não escapava à percepção e à preocupação dos líderes do partido. Em 1977, durante um simpósio que reuniu os presidentes dos diretórios regionais, o deputado Alceu Collares (RS), cuja trajetória se iniciou no PTB no início da década de 1960, dirigiu uma pergunta para o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso: deveria o MDB convocar para seus quadros os estudantes, padres e membros da Igreja ou deveria o partido ir até essas organizações? (GUIMARÃES et al, op. cit.:102) A pergunta do deputado gaúcho indicava, ao mesmo tempo, o fortalecimento desses setores sociais e a distância de suas organizações em relação ao sistema partidário – o que colocava uma questão para o MDB. Foi dirigida a um intelectual, que, atuando no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), iniciara uma colaboração com o MDB nas eleições de 1974, como já assinalado. Colaboração que se estreitou nos anos seguintes até a filiação ao MDB de alguns integrantes do Cebrap e a articulação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado Federal, em 1978. (LAHUERTA, 2001) Assim, se Alceu Collares demonstrava a percepção da separação entre seu partido e as organizações da sociedade, seu interlocutor explicitava as ligações que o MDB estabelecera com diferentes segmentos sociais - enquanto o partido encontrou nos estudos do Cebrap subsídios para a interpretação dos processos de transformação em curso no país, fundamentais para sua atuação pública, membros do Cebrap viram nele um canal para participar da elaboração de projetos políticos para o país, no curso da abertura.

¹² Pesquisando os votos de parlamentares que pertenceram ao MDB na Assembleia Constituinte (1986-1988), Rafael Madeira identificou a tendência a votos favoráveis aos trabalhadores nas questões que envolviam capital e trabalho. Ver MADEIRA, 2006.

Outros exemplos das interações entre os políticos e a sociedade podem ser encontrados na aproximação do MDB com os setores jovens e o movimento estudantil, que intensificou sua rearticulação na segunda metade da década de 1970. As referências a essa interação são bastante frequentes nos depoimentos de parlamentares emedebistas. Motta sublinhou o mesmo aspecto, enfatizando a importância das atividades desenvolvidas pelo MDB Jovem e pelos estudantes na eleição de emedebistas nos pleitos que se seguiram a 1974. (MOTTA, 1997) Processo semelhante se verificou em outras organizações surgidas nos centros urbanos, como associação de bairros e profissionais. Nas eleições de 1974 em São Paulo, Cardoso ressaltou a importância da atuação das organizações comunitárias para a vitória dos candidatos do MDB. Entre os deputados estaduais e federais eleitos pelo partido, o autor também identificou maior presença de indivíduos envolvidos em entidades que representavam os interesses da camada popular e assalariados. (CARDOSO, 1978)

Assim, a abertura propiciou ao MDB a aproximação com diferentes setores sociais que, por distintas razões, adotavam posições contrárias à ditadura militar e buscaram atuar no partido de oposição. Isso derivou em maior variedade de correntes ideológicas dentro do MDB, o que, por sua vez, permitiu ao partido estabelecer laços com vários segmentos da sociedade que possibilitaram o fortalecimento político de seus membros e da legenda. Um dos sintomas desse processo de enraizamento social foi o sucesso eleitoral que muitos antigos emedebistas obtiveram na Nova República, assim como os postos de primeiro escalão que ocuparam nos poderes Executivo estadual e federal.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 321-353.

15

- BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Editora FGV, 1996, pp 57-98.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Partidos e deputados em São Paulo: o voto e a representação política”, in: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (coords.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª edição.
- CARDOSO, Ruth C. L.. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: SORJ, Bernard & TAVARES, Maria Hermínia Tavares. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, Alessandra. Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia História* (UFMG. Impresso), Dez 2012, vol 28, nº 48, p. 555-572.
----- *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB*. Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, 2008 (Tese de doutorado).
- CORDEIRO, Janaína. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. Niterói/RJ: UFF, 2012 (Tese de doutorado). 2012
- DINIZ, Eli. (1990) O ciclo autoritário: a lógica partidário-eleitoral e a erosão do regime. In: LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O balanço do poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro. Iuperj / Rio Fundo Editora.
- DOGAN, Mattei. (1999) “Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers.” In: OFFERLÉ, Michel. *La profession politique XIXe – Xxe siècles*. Paris, Ed. Belin, pp 171-199.
- FLEISCHER, David. *A evolução do bipartidarismo brasileiro 1966-1979*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 51, 1980, pp 55-85.
- GOLDMAN, Alberto. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2004. www.ifhc.org.br/index.php?module=conteudo&class=debate&event=ver&id_debate=377, acesso em 20 maio 2012.
- GUIMARÃES, Ulysses, FURTADO, Alencar, MONTORO, Franco & COLLARES, Alceu. (s. d.) *A luta pela democracia: MDB no rádio e na TV*. Instituto de Estudos Pedroso Horta.
- KECK, Margaret. (1988) *O “Novo Sindicalismo” na Transição Brasileira*, in: STEPAN, Alfred. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

16

- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- LAHUERTAA, Milton. *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 8, 2001, n. 14/15.
- LAMOUNIER, Bolivar. (1988) "*O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*". In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MADEIRA, Rafael Machado. *Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro*. Tese de doutoramento em Ciência Política, UFRGS. 2006.
- MONTORO, André Franco. *Memórias em linha reta*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, p. 14.
- MOTTA, Marly da Silva. O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya*, Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- NADER, Ana Beatriz. (1998) *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo, Paz e Terra.
- NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, André Marengo dos. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1988)*. Tese de doutorado, UFRGS. 2000.

17

- SANTOS, Fabiano. “Deputados federais e instituições legislativas no Brasil:1946-1999”.
- BOSCHI, Renato, DINIZ, Eli e SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- VIANNA, Luís Werneck. *A Transição – Da Constituinte à Sucessão Presidencial*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1989.